

ESTADO DO PARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



### REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

São José das Palmeiras/PR, 01 de Junho de 2025.

Requerente: Sr.(A) SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

Requerido: PREFEITO(A) MUNICIPAL

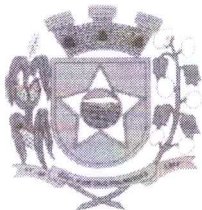
Prezado(a) Prefeito(a),

Com minha visita, venho respeitosamente, por meio deste, requerer de V.Exa. providências cabíveis para contratação de empresa fornecedora, conforme especificação abaixo:

Especificação dos Produtos e/ou Serviços Pretendido:

<b>Descrição do Objeto</b>	Contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
<b>Valor Máximo Estimado:</b>	R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
<b>Condição de Pagamento:</b>	A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR promoverá o pagamento do boleto, e/ou em ordem bancária, num prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal;
<b>Local de Entrega:</b>	<b>Dispensa local de entrega por se tratar de software online</b>
<b>Prazo de entrega do Serviço (Software):</b>	O prazo de entrega do serviço é de 01 dia, contados após a assinatura do contrato, em remessa única
<b>Prazo Máximo de Vigência:</b>	12(doze) meses
<b>Fonte de Origem dos Recursos:</b>	O pagamento será efetuado por meio de Recurso Próprio

Neste sentido, venho a presença de V.Exa. solicitar que seja autorizado abertura de Processo Licitatório correspondente, uma vez que o objeto da despesa se enquadra nas exigências da Lei Federal nº 14.133/21, especificamente na modalidade de contratação por inexigibilidade, nos termos do art. 74 da lei indicada.



ESTADO DO PARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

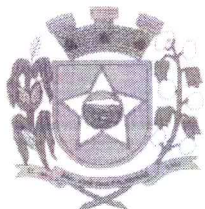
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Por fim, destaco que segue anexo ETP – Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, nos termos do art. 74, III, f, da Lei Federal nº 14.133/21.

Atenciosamente,

  
CLEBER DE CARVALHO PIERAZO  
**Secretário de Obras Urbanismo e Transportes**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

### INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo a contratação de software de orçamentação eletrônica destinado a parametrização de valores de peças, para os veículos leves, pesados, tratores e maquinários que compõe a frota do município de São José das Palmeiras.

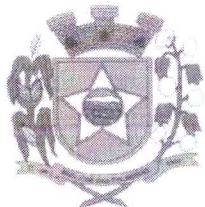
### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O interesse da administração pública encontra amparo na adequada prestação de serviços de revisão e manutenção preventiva e/ou corretiva da frota municipal. Considerando que a frota desse município visa atender diariamente em diversas atividades como o transporte de servidores, pacientes, bens e documentos, e para que seja possível realizar estes deslocamentos de forma rápida e segura, é essencial o perfeito funcionamento dos veículos oficiais das secretarias a fim de resguardar a integridade física dos seus ocupantes e o alcance dos compromissos decorrentes do exercício funcional que exijam o deslocamento via condução oficial.

Considerando os entraves encontrado durante a cotação de peças genuínas e similares para a manutenção de veículos leves e pesados da frota existente, vislumbra a necessidade de adquirir um software para agilizar o gerenciamento na contratação de fornecedor com melhor custos e benefícios dos produtos a adquirir, haja vista as diversas marcas de veículos e modelos que compõe a frota municipal.

Em virtude da existência de uma lista extremamente extensa de serviços, peças, faz se necessário um sistema automatizado que possibilita um melhor controle e transparência na aquisição de peça e a corretiva manutenção dos veículos.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Não existe nenhum meio que possibilite antever as peças que apresentarão defeito no decorrer da vigência da contratação. Também é importante citar as dificuldades enfrentadas na busca por orçamentos, que se agrava neste caso pois as empresas despenderiam uma grande quantidade de tempo orçando os valores sem a expectativa de retorno caso não sejam as vencedoras do certame.

## **2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O Município não possui atualmente um Plano de Contratações Anual.

## **3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

a) os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) A contratação será realizada por meio de Inexigibilidade de licitação – Art. 74. Lei Federal nº 14.133/2021.

## **4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Atualmente 03 (três) setores utilizam o sistema para realizarem cotação de serviços de revisão e manutenção preventiva e/ou corretiva da sua frota. Presume-se então a necessidade de no mínimo 03 (três) acessos, 1 (um) para cada setor.

Área requerente	Quantidade
OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	01
FINANÇAS	01





ADMINISTRAÇÃO

01

## 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Solução 01: Implantar o sistema TRAZ VALOR (módulo ALL MOEDA), considerando que este software se apresenta como uma ferramenta moderna e eficaz para servir de parâmetro na definição de preços de peças, e serviços de manutenção da frota de veículos do município. A ausência de contratação de um sistema com essas características pode resultar na adoção de referências de preços defasadas e na redução da transparência, princípio fundamental da atual gestão. O sistema TRAZ VALOR consolida informações de preços diretamente fornecidas por revendedoras e concessionárias de peças e insumos, armazenando dados reais de mercado. Além disso, permite a elaboração de orçamentos com base em peças genuínas e de primeira linha, incluindo itens voltados à manutenção de tratores, veículos amplamente utilizados na frota municipal.

## 6 – JUSTIFICATIVA

A contratação do sistema de orçamentação eletrônica **TRAZ VALOR** justifica-se pela sua **exclusividade técnica e funcional** na parametrização de preços de peças e serviços para veículos leves, pesados e, especialmente, máquinas pesadas e tratores, que compõem parcela significativa da frota do Município de São José das Palmeiras – PR.

O sistema atualmente disponível para consulta (BNC) apresenta limitações substanciais, como a **ausência de base de dados para tratores e máquinas pesadas**, bem como a disponibilização de preços apenas de peças genuínas (montadora), o que não abrange as diferentes categorias de peças utilizadas pelo Município. Em contrapartida, o **sistema TRAZ VALOR contempla peças genuínas e de primeira linha**, e é alimentado por informações obtidas



diretamente de revendedores e concessionárias, garantindo maior aderência à realidade de mercado e confiabilidade nos dados.

Além disso, a empresa **L. Ricardo de Magalhães Ltda.** é **detentora exclusiva dos direitos de licenciamento e comercialização do software TRAZ VALOR**, o que inviabiliza a competição em licitação por ausência de outros fornecedores habilitados a oferecer o mesmo produto com as mesmas características técnicas, operacionais e comerciais. A contratação direta encontra respaldo no **art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, e está devidamente amparada por **declaração de exclusividade** emitida pelo fornecedor.

A adoção do sistema proporcionará **celeridade, padronização, transparência e economicidade** nos processos de aquisição de peças e serviços de manutenção da frota, além de reduzir a dependência de orçamentos manuais, que frequentemente enfrentam dificuldades pela baixa adesão de empresas locais, limitando a concorrência e elevando os custos ao erário.

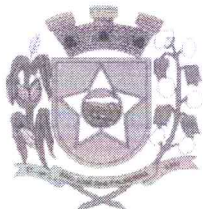
Dessa forma, a contratação direta do sistema TRAZ VALOR se mostra **tecnicamente justificada e legalmente viável**, sendo a única solução atualmente capaz de atender com eficiência e precisão às necessidades operacionais da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município.

## **7 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO**

Com base em levantamento de preços realizado junto a três municípios que contrataram serviços equivalentes, constatou-se que o valor médio mensal praticado para fornecimento do sistema de orçamentação eletrônica TRAZ VALOR gira entre R\$ 1.560,80 e R\$ 1.865,84, conforme os contratos firmados com os Municípios de Trombudo Central – SC, Santo Antônio de Pádua – RJ e Comendador Gomes – MG.

Diante disso, a presente contratação foi estimada com base na média dos valores observados no mercado, considerando o fornecimento de licença de uso do sistema por 12 (doze) meses, contemplando todas as linhas de veículos





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



da frota desta municipalidade, incluindo veículos leves, pesados motocicletas e máquinas pesadas (tratores), bem como o suporte, o treinamento e as atualizações necessárias.

Assim, **o valor total estimado da contratação é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**, correspondente a 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), valor compatível com os praticados por outras administrações públicas e adequado às necessidades do Município de São José das Palmeiras – PR

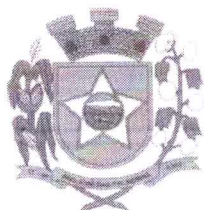
#### **8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A empresa contratada deverá fornecer, mediante login e senha, acesso ao sistema de pesquisa de preços, mantendo-o sempre atualizado, a fim de reproduzir de forma fiel as oscilações de mercado para a pesquisa de preços realizada na fase interna da Prefeitura de Iconha. A empresa deverá, ainda, manter canal de comunicação com o órgão contratante, para sanar dúvidas e prestar os devidos auxílios, visando aproveitar a integralidade todas as funcionalidades da plataforma. Deverá também oferecer, sem custos adicionais, as eventuais atualizações realizadas no software, mantendo o produto contratado sempre atualizado com a última versão. Deverá prestar capacitação, que poderá ocorrer de forma remota, para os usuários a serem definidos pela administração, além de disponibilizar manual de utilização da ferramenta.

#### **9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Como se trata de um serviço contínuo com vigência anual, a solução será contratada de forma global, com pagamento parcelado em 12 (doze) parcelas mensais, conforme previsto na estimativa de preços.





ESTADO DO PARANÁ

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## **10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

O principal objetivo a ser atingido com a presente contratação é trazer economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, acredita-se que ao fim do contrato os valores de peças adquiridas serão menores, visto que os orçamentos não poderão ser realizados com valor fora de mercado, sendo assim, os valores obtidos serão valores de aquisição reais e mais a aplicação de desconto oferecido pelas empresas vai ocasionar uma grande economia ao município.

## **11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

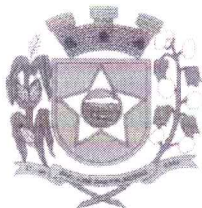
Previamente a celebração do contrato, a Administração deve conduzir processo licitatório, amparada na Lei 14.133/21. Garantindo que a empresa ganhadora atenda aos requisitos técnicos e esteja habilitada cumprindo os requisitos legais, fiscais e trabalhistas. Com base no presente estudo, deverá a autoridade competente analisar, em especial, se está de acordo com o número de usuários previstos e, caso concorde com todos os termos dar prosseguimento ao processo.

## **12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Esta contratação está correlacionada à contratação de empresa para manutenção de frota e à contratação de empresa para manutenção de máquinas pesadas que já se encontram em andamento por meio de processos específicos para esta finalidade.

## **13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** A Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes declara viável a presente contratação.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**13.2.** Considerando a necessidade de manter em condições adequadas de funcionamento os veículos da frota oficial do Município de São José das Palmeiras – PR, incluindo automóveis, motocicletas, caminhões e máquinas pesadas (como tratores), esta contratação mostra-se essencial para assegurar a eficiência e a transparência na pesquisa de preços de peças e serviços utilizados na manutenção da frota pública.

**São José das Palmeiras – PR, 02 de junho de 2025.**

**CLEBER DE CARVALHO PIERAZO**

**SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## Termo de Referência

### 1. UNIDADE REQUISITANTE

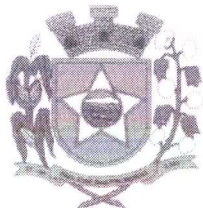
DA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES.  
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

### 2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT.	UND.	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	MARCA MODELO; TIPO; FABRICANTE	DESCRIÇÃO
01	01 licença de software para até 03 computador es por tempo de 12 meses	SERV	1.500,00	18.000,00	TRAZ VALOR	Licença de uso de sistema/software para orçamentação eletrônica de peças destinados à manutenção e recuperação da frota de veículos, caminhões e máquinas pesadas da Administração Municipal, com treinamento incluso.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



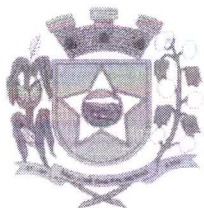
### 3. JUSTIFICATIVA/OBJETIVO

3.1. Diante do sistema disponível para cotação de preço (BNC) não promover todos os requisitos necessários, o sistema a ser contratado na melhor hipótese é o TRAZ VALOR.

3.2. Em caso da não contratação do software, caberá o setor responsável pelas aquisições de materiais e serviços do município à realização de forma manual de cotação de preços com base de no mínimo 3 (três) orçamentos na cidade e é pago menor valor. Diante do desafio em pesquisar preços essa opção é menos indicada, uma vez que as mesmas empresas que costumam cotar, sendo que a minoria das empresas não possui o interesse em participar de licitações. Sendo assim, as peças acabam sendo orçadas pelas empresas que já costumam fornecer peça para licitação tendo abertura para aplicar valores mais altos.

3.3. Após pesquisa no mercado encontramos a empresa TRAZ VALOR, um instrumento eletrônico, de direito privado, no qual se registram as informações de tabelamento de preços oriundos das próprias revendedoras e concessionárias de peças e insumos, ou seja, ele é um sistema que armazena os dados evidenciados pelos revendedores/concessionárias e nada mais, disponibilizando ao CONTRATANTE; Ademais, o sistema realiza a pesquisa de mercado em busca do preço médio real, de peças de Primeira Linha (Fabricante) e genuínos (Montadora), para repassar ao cliente as informações exatas, ficando a critério da CONTRATANTE escolher qual lhe atenderá a contento, atuando na condição de facilitador entre fornecedor e consumidor final, para que todos possam encontrar resultados positivos, rápidos e seguros; As informações, da cotação de preços, são obtidas com rigor e de forma detalhada.

3.4. Nesta cotação, constará o nome da empresa, o valor apurado, e o nome do revendedor/concessionária, estas informações serão utilizadas para se obter o preço médio real, a fim de repassar à CONTRATANTE a Metodologia de apuração de Preço, é a mesma que se usa em processos de formação de preço



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



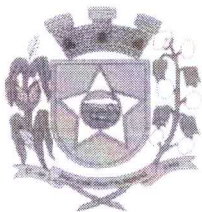
médio para licitações, dentro dos padrões de segurança, ou seja, efetuam três ou mais pesquisas para obtenção de valor médio de mercado em âmbito nacional, de apuração de Preço, efetuam três ou mais pesquisas para obtenção de valor médio de mercado em âmbito nacional, que trabalha com margem de tolerância que é de 25% por conta das variedades de marcas e fabricantes, nestes 25% estão contempladas as condições regionais e nacionais por conta dos seguintes fatores, tais como distancia, diferença de impostos e fretes.

3.5. Os valores divergentes dos 25%, seja ele para cima ou para baixo são descartados, porém, ficam registrado no mapa de cotação somente para efeito de registro. Lembrando que as cotações são feitas em âmbito nacional, deixando claro que o Sistema adota essa metodologia justamente para atender todos os estados da federação, não sendo possível o direcionamento para algumas regiões, para não tornar o processo inexequível. Um fato que nos chamou a atenção se dá que se aceite a aquisição deste programa não terá a necessidade da aquisição da tabela BNC que o município faz uso no momento obtendo um custo a menos.

3.6. Rememoro ainda que não encontramos nenhuma empresa no mercado que faz o mesmo serviço que a Traz Valor, sendo a única no mercado, segue em anexo o comprovante da ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE onde CERTIFICA, que a empresa L. Ricardo de Magalhães Ltda é a ÚNICA (Traz Valor) desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo o território nacional o sistema via web e seus módulos abaixo listados e a prestar os serviços relativos a esse sistema.

a) Modulo AllMoeda Automotivo e Motocicletas: Neste módulo o CONTRATANTE terá acesso ao Banco de dados com preços de peças de Montadora/Genuíno e Fabricante/Original. Atenderão as linhas leves, médias e pesadas (caminhões e ônibus), Máquinas Pesadas, Tratores e Implementos Agrícolas, partes mecânicas, peças elétricas, lubrificantes, acessórios, filtros e mão de obra específicas, salvo, se os serviços que haja a necessidade do veículo estar dentro da especializada, para dar um parecer de valores e tempo, será





disponibilizado valor da hora homem trabalhado, padrão montadoras de diversas marcas e valor de mercado, cotado em oficinas e postos de serviços.

b) Módulo All Moeda Máquinas Pesadas e Tratores: Neste módulo o CONTRATANTE terá acesso a peças para máquinas pesadas e tratores nacionais e importados e mão de obra valor hora, neste módulo a empresa disponibiliza acesso via web site de preços já cadastrados em nosso banco de dados com preços de peças Montadora/Genuíno e Fabricante/Original. Atenderão as linhas leves, médias e pesadas (caminhões e ônibus), Máquinas Pesadas, Tratores e Implementos Agrícolas, partes mecânicas, peças elétricas, lubrificantes, acessórios, filtros e mão de obra específicas, salvo, se os serviços que haja a necessidade do veículo estar dentro da especializada, para dar um parecer de valores e tempo, será disponibilizado valor da hora homem trabalhado, padrão montadoras de diversas marcas e valor de mercado, cotado em oficinas e postos de serviços. Este documento foi assinado digitalmente.

#### **4. ESPECIALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

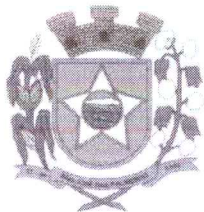
4.1. A presente solicitação tem por objeto o fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 1 (um) ano de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal desta municipalidade.

#### **5. CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE**

Art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1. Após pesquisa realizada não encontramos nenhuma empresa no mercado que faz o mesmo serviço que a empresa Traz Valor, sendo a única no mercado, segue em anexo o comprovante da ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE onde CERTIFICA, que a empresa L. Ricardo de





Magalhães Ltda é a ÚNICA (Traz Valor) desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo o território nacional o sistema via web e seus módulos abaixo listados e a prestar os serviços relativos a esse sistema.

#### **6. CONDIÇÕES DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

6.1. A contratada deve fornecer como garantia para substituição do objeto por conta de vícios, um prazo mínimo de 01 (um) ano, aplicando-se, em todo o caso, a garantia mínima contida nas especificações técnicas do produto, quando superior a 01 (um) ano.

#### **7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Será utilizado o valor estimado da contratação o apresentado em proposta, conforme anexo.

7.2. O valor total estimado da contratação é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), proporcional a data do contrato assinado por um período de 12(doze) meses, conforme proposta em anexo.

#### **8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas inerentes as estes Termos de Referência correrão pela **Conta de Despesa 3670, Elemento de Despesa 3.3.90.40.12.00, Fonte de Recursos 00000 – Recursos Ordinários (livres).**

#### **9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO MATERIAL/SERVIÇO**

9.1. O prazo de entrega do serviço é de 01 dia, contados após a assinatura do contrato, em remessa única.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



9.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

9.3. O serviço deverá ser entregue de acordo com a descrição no orçamento;

9.4. O serviço ofertado deverá atender as especificações técnicas exigidas;

## 10. Prazo de Execução

10.1. O prazo de entrega do serviço é de 01 dia, contados após a assinatura do contrato, em remessa única.

10.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## 11. LOCAL DE EXECUÇÃO

11.1. Todas as etapas que compõem a execução dos serviços deverão ser realizadas nas dependências da **Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes**.

## 12. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

12. 1. Conforme o artigo 62, incisos I e III, da Lei Federal nº 14.133/2021.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



### **13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. A Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras/PR promoverá o pagamento do boleto, e/ou em ordem bancária, num prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal;

13.2. A Nota Fiscal só poderá ser emitida, a partir da aprovação do chefe do executivo, e encaminhado à secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, protocolada pela referida secretaria que fará a solicitação de pagamento;

### **14. NECESSIDADE OU NÃO DE AMOSTRAS**

14.1. Não se aplica.

### **15. NECESSIDADE OU NÃO DE LAUDO TÉCNICO**

15.1. Não se aplica.

### **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. Cumprir fielmente o que estipula este Termo de Contrato;

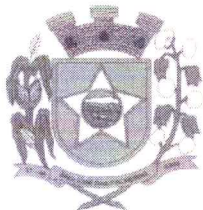
16.2. Disponibilizar uma senha para utilização irrestrita do sistema em relação ao quantitativo de usuários e prazo previsto no Termo de Referência;

16.3. Manter ininterrupto o acesso ao sistema de pesquisa de preços;

16.4. Capacitar, orientar e dar suporte aos usuários do sistema durante a vigência do Contrato;

16.5. A CONTRATADA deverá manter ininterrupto o acesso ao sistema de pesquisa de preços;





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



16.6. Realizar atualizações diárias dos bancos de preços disponíveis no sistema;

16.7. Realizar gratuitamente atualização do sistema sempre que houver novas versões;

16.8. Executar este Contrato nos termos aqui ajustados, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

16.9. Designar um preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do Contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;

16.10. Notificar o CONTRATANTE sobre qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços;

16.11. A Contratada não poderá ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta Contratação;

16.12. Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado, bem como aquelas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e assumir a

16.13. Responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento;

16.14. Manter, até o cumprimento das obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.15. A empresa deverá informar o número de telefone e e-mail para recebimento de informações, correspondências ou qualquer outro tipo que a Contratada necessitar

16.16. Manter, durante toda execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**



18.1. A contratante obriga-se a:

a) Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com o previsto neste instrumento.

b) Designar servidor que deverá atestar a realização

c) Dos serviços, para cumprimento das normas estabelecidas;

d) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à realização do objeto desta contratação;

f) Comunicar A CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a aquisição do sistema;

g) Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas na prestação do serviço;

h) Comunicar A Contratada, por meio do fiscal, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no sistema da web.

i) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, com as Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas.

j) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

## **18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

18.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



18.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de negociação;

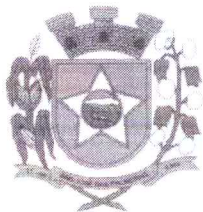
18.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

18.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, em processo de aplicação de penalidade, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do por quaisquer das infrações dos itens 18.1.1 a 18.1.12;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

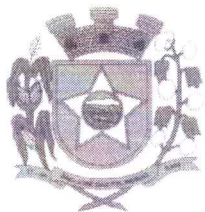
18.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.6. Na aplicação da sanção prevista na alínea “b” do item 18.2 deste Termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 18.2 deste Termo será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para,





no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.7.1. Quando o quadro funcional não dispor de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

18.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

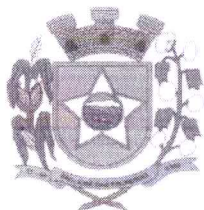
## **19. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

19.2. O fiscal do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

19.3. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

19.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



19.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

19.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

19.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

19.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

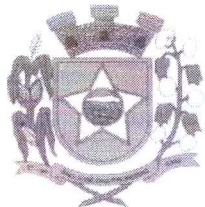
19.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

19.11. A execução das obrigações contratuais será fiscalizada através do Fiscal Titular, o servidor público Douglas Alencar Colombelli, os quais à Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Transportes, indicou a para agir com autoridade para exercer, como representante desta secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, objetivando garantir sua qualidade e conformidade com o objeto deste pedido.

## **20. GARANTIA CONTRATUAL**

### **20.1. Não se aplica**





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

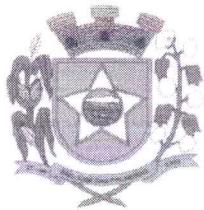


São José das Palmeiras/PR, 02 de junho de 2025.

**Responsável pela Elaboração do Termo de Referência**

**CLEBER DE CARVALHO PIERAZO**

**SECRETARIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 03 de Junho de 2025.

À  
Comissão de Contratação  
Município de São José das Palmeiras – Estado do Paraná

Senhores Membros,

Encaminho para providências necessárias para a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, já com meu despacho, autorizando a contratação ficando condicionada suas discriminações ao cumprimento de todas as exigências e formalidades previstas na Lei 14.133/21 e Decreto Municipal n.º 056/2023, de 24 de maio de 2023.

Atenciosamente,

FRANCO MARIA ALVES CABRAL

Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



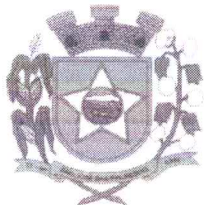
**TERMO DE AUTUAÇÃO – FASE EXTERNA DE LICITAÇÃO**

Aos doze dias do mês junho de 2025, eu, Sandra Rosa de Souza, Presidente da Comissão de Licitação, nomeado (a) pela Portaria nº 00/2025, instaurei o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 042/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº. 09/2025.**

Nos termos do art. 6.º, do DECRETO MUNICIPAL n.º 056/2023, incumbirá ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório.

Para constar lavrei o presente termo.

.....  
Sandra Rosa de Souza  
Presidente da Comissão de Licitação



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 13 de junho de 2025

Ao

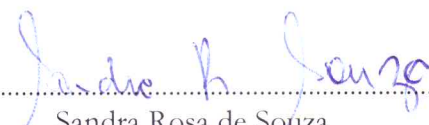
Setor Contábil e Financeiro

**Assunto: SOLICITAÇÃO DE PARECER ORÇAMENTÁRIO e FINANCEIRO**

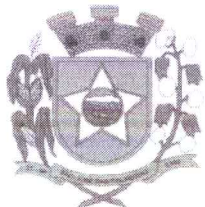
Prezados Senhores,

Através do presente, nos termos do art. 72, IV, da Lei n.º 14.133/21, solicitamos informações quanto a disponibilidade orçamentária e financeira para contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no valor global de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Atenciosamente,

  
.....  
Sandra Rosa de Souza  
Presidente da Comissão de Licitação





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**COMPROVAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO**  
(artigo 150 da Lei 14.133/21)

Informamos que as despesas para Contratação de empresa para contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento., correrão a conta das dotações orçamentárias abaixo citadas do orçamento de 2025.

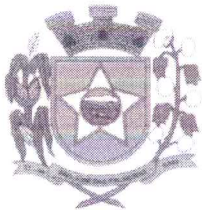
Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3670	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício

Após a apreciação da solicitação referente a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento., informamos que **EXISTE** disponibilidade financeira para execução do objeto do presente processo à contratação.

Com votos de estima e consideração;

São José das Palmeiras, 13 de Junho de 2025.

  
**JHONNI RICARDO DE CASTRO**  
**CONTADOR**



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

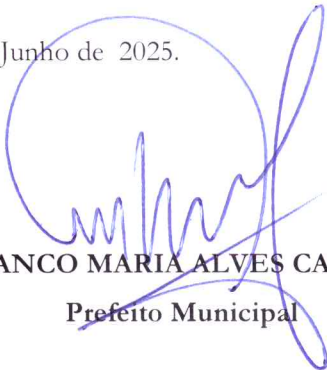


**AUTORIZAÇÃO**

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei n.º 14.133/21, AUTORIZO a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO n.º 042/2025**, como **INEXIGIBILIDADE N.º 09/2025**, para Contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Dê-se a publicação de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores.

São José das Palmeiras, 13 de Junho de 2025.

  
**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**  
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 13 de Junho de 2025.

À  
Procuradoria Municipal  
Controladoria Geral do Município

Prezados Senhores,

Através do presente, solicitamos parecer referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 00/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº. 00/2025**, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Atenciosamente,

  
**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**PARECER JURÍDICO**

DA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 09/2025

A apreciação deste setor jurídico, processo para análise e aprovação, nos termos do Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o Processo de Inexigibilidade, que objetiva a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Destaca-se que a análise em curso se limita aos aspectos estritamente jurídicos e de regularidade procedimental da matéria proposta. Esse exame não contempla revisão de cálculos ou crítica acerca dos juízos de valor que: a) identificaram e mensuraram a necessidade pública; b) definiram a melhor solução para atendimento àquela necessidade pública identificada e mensurada.

O art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, determinou a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao ressaltar os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, especificados na legislação. O objeto da contratação, por ser serviço que somente pode ser disponibilizado por fornecedor único, encontra adequação legal no caput do art. 74 da Lei n.º 14.133/2022.

No caso em tela, a inexigibilidade se justifica por ser o fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal.

A empresa L. RICARDO DE MAGALHÕES LTDA. é fornecedora exclusiva do serviço almejado, o que inviabiliza o procedimento competitivo.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Por fim, cumpre salientar que a contratação pretendida não está incluída no Plano de Contratações Anual (PCA), em razão da não adesão do município à sua confecção.

Da análise da documentação apresentada denota-se a existência de elementos suficientes para deflagrar o processo com base na inexigibilidade, razão pela qual se encontra o presente processo aprovado por este setor jurídico e em condições de ser autorizado por Vossa Excelência, se assim entender conveniente a Administração Pública.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 13 de Junho de 2025.

**Herbert Correa Barros - OAB/PR 51.127**

**PROCURADOR DO MUNICÍPIO**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

DA: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Assunto: Parecer sobre INEXIGIBILIDADE nº 09/2025

Nos termos do art. 58 e seguintes do DECRETO MUNICIPAL Nº 056/2023 DATA: 24 DE MAIO DE 2023, o qual regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, esta controladoria passa a se manifestar sobre o certame licitatório nos seguintes termos:

Exame:

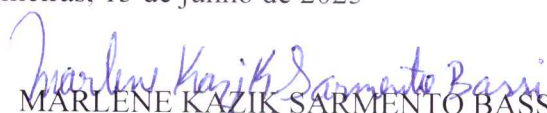
Nos autos do procedimento licitatório realizado na modalidade INEXIGIBILIDADE, para contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal.

Conclusão:

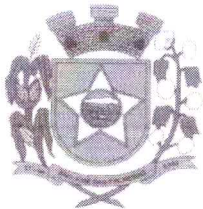
Vislumbrado o exame e verificado a legalidade do processo, a Controladoria é FAVORÁVEL ao mesmo. Encaminhe-se o referido parecer a Comissão de Contratação para que sejam tomadas as devidas providências.

É o parecer da Unidade de Controle Interno.

São José das Palmeiras, 13 de junho de 2025

  
MARLENE KAZIK SARMENTO BASSI  
Assessora de Controle Interno





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



### **COMISSÃO DE CONTRATAÇÕES**

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 042/2025

INEXIGIBILIDADE n.º 09/2025

**I - OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal, conforme, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**II – FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

### **III – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO:**

A pesquisa de preços se faz necessário para que a Administração possa avaliar o custo da contratação, constitui-se elemento fundamental para instrução dos procedimentos de licitação e de contratação, estando prevista em várias disposições legais, com obrigatoriedade reconhecida pela Jurisprudência.

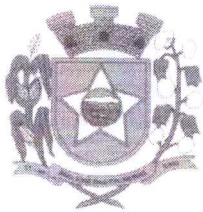
A contratação do sistema de orçamentação eletrônica **TRAZ VALOR** justifica-se pela sua **exclusividade técnica e funcional** na parametrização de preços de peças e serviços para veículos leves, pesados e, especialmente, máquinas pesadas e tratores, que compõem parcela significativa da frota do Município de São José das Palmeiras – PR.

O sistema atualmente disponível para consulta (BNC) apresenta limitações substanciais, como a **ausência de base de dados para tratores e máquinas pesadas**, bem como a disponibilização de preços apenas de peças genuínas (montadora), o que não abrange as diferentes categorias de peças utilizadas pelo Município. Em contrapartida, o **sistema TRAZ VALOR contempla peças genuínas e de primeira linha**, e é alimentado por informações obtidas diretamente de revendedores e concessionárias, garantindo maior aderência à realidade de mercado e confiabilidade nos dados.

Além disso, a empresa **L. Ricardo de Magalhães Ltda.** é **detentora exclusiva dos direitos de licenciamento e comercialização do software TRAZ VALOR**, o que inviabiliza a competição em licitação por ausência de outros fornecedores habilitados a oferecer o mesmo produto com as mesmas características técnicas, operacionais e comerciais. A contratação direta encontra respaldo no **art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, e está devidamente amparada por **declaração de exclusividade** emitida pelo fornecedor.

A adoção do sistema proporcionará **celeridade, padronização, transparência e economicidade** nos processos de aquisição de peças e serviços de manutenção da frota, além de reduzir a dependência de orçamentos manuais, que frequentemente enfrentam dificuldades pela baixa adesão de empresas locais, limitando a concorrência e elevando os custos ao erário.

Dessa forma, a contratação direta do sistema TRAZ VALOR se mostra **tecnicamente justificada e legalmente viável**, sendo a única solução atualmente capaz de atender com eficiência e precisão às necessidades operacionais da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**IV – FORNECEDOR: L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA**

Endereço: Calçadas dos Mirtilos nº 33 – Andar 2 – Centro Comercial Alphaville.

Cidade: BARUERI – SP.

CNPJ/MF: 17.922.286/0001-65

**V – RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE** O valor a ser gasto pelos serviços está previsto no Artigo 74, da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**VI – PREÇO:** O valor será de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

**VII – JUSTIFICATIVA DE PREÇO:** consultando empresas com ramo de atividade pertinente ao objeto solicitado, encontrou-se na empresa **L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA.**, a exclusividade exigida, a qual também se encontra em dia com suas obrigações tributárias e previdenciárias, conforme certidões apresentadas.

**VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	3670	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.40.00.00	Do Exercício

**VIII -PRAZO:** O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Sandra Rosa de Souza  
Presidente da Comissão de Licitação

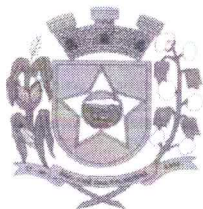
Isabela Aparecida Arboleya  
Membro

Cibele Cristina de Oliveira Sangi  
Membro

APROVO, com fundamento nas razões acima expostas, as quais utilizo para decidir em 16 de junho de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

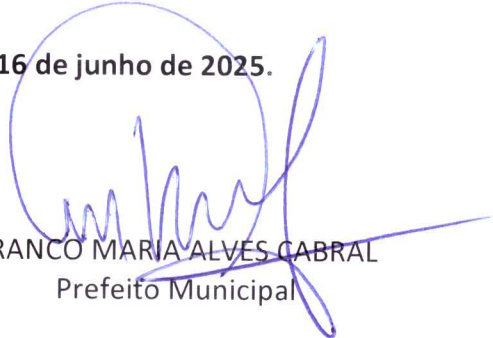
CNPJ: 77.819.605/0001-33



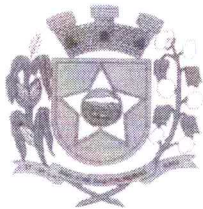
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025  
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025

Com fundamento no Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confirme a inexigibilidade da licitação em favor da empresa **L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA**, Localizada na Calçada dos Mirtos nº 33 Centro - Alphaville, – Barueri/SP., inscrita sob o CNPJ de n.º 17.922.286/0001-65, para a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**São José das Palmeiras, 16 de junho de 2025.**

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR**  
**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 09/2025**

**DESCRIÇÃO DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**Fundamento legal:** Artigo 74 da Lei 14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

**Contratante:** Município de São José das Palmeiras.

**Contratada:** L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA

**Endereço:** Calçada dos Mirtilos, 33 – centro Alphaville

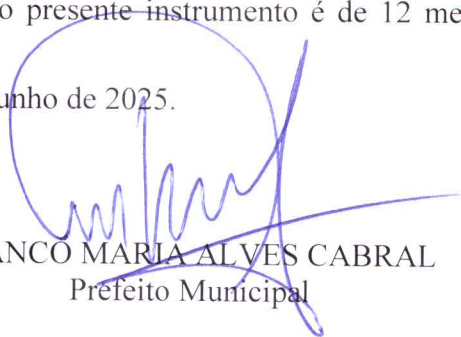
**Cidade:** BARUERI/SP

**CNPJ/MF:** 17.922.286/0001-65

**Preço:** O valor será de **R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)**.

**Prazo:** O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato.

São José das Palmeiras, 16 de junho de 2025.

  
FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



## HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Contratação a Inexigibilidade de Licitação nº 09/2025, adjudicando o objeto de Bem/Serviço contratação de empresa especializada para fornecimento de locação, treinamento e suporte por um período de 12 (doze) meses de software para orçamentação eletrônica para peças e serviços destinados a manutenção e recuperação de veículos pertencentes a frota municipal.

A Empresa vencedora foi: **L. RICARDO DE MAGALHÃES LTDA**, com o valor total de **R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)**.

Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 16 de Junho de 2025.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL  
Prefeito Municipal